

Comitê de Monitoramento do Coronavírus
– MEMÓRIA DA REUNIÃO 22 –
22.09. 2021 – 14 h
Via meet

PAUTA:

- panorama sobre a atual situação sanitária
- apresentação do resultado da Consulta “vacinômetro”
- sobre o retorno à presencialidade

Presenças: 32 presentes

CLÁUDIA VIEIRA GARRIDO
CHARLES CARPES
SHIRLEY GRAZIELI DA SILVA NASCIMENTO
EDWARD PESSANO

ALEXANDRE XAVIER
ALGACIR RIGON
ALISSON SANTOS
CHARISTON DAL BELO
CHEILA OTTONELLI
DÉBORA PELEGRINI
DIEGO G NUNES
EDERLI MARANGON
FERNANDO M. DA SILVA
FRANCINE DA ROSA SILVA
FRANCK PEÇANHA
GUSTAVO DE CARVALHO LUIZ
JOÃO FELIPE REZER
LEILA SALDANHA DIAS
LUAN ZUBARAN
LUCAS LAGE
LUCIANA BENETTI
MARIO CELSO BRUM
MIRIAM SILVEIRA
PATRÍCIA FIRPO
PAULO K. SALIM
]PAULO EDUARDO PAIVA
RAFAELA CASTRO DORNELES
SIMONE SILVA ALVES
THIAGO DA S. SAMPAIO
VIVIANE GENTIL

O agendamento da reunião, que foi gravada, deu-se via grupo de whats.

Devido à extensa pauta e por ter sido feita no início do mês uma reunião que contou com a atualização sobre as unidades e respectivos municípios, essa pauta não foi elencada. Todavia, **Cláudia** ressaltou que as atualizações acerca da situação de cada município, sempre que

enviadas, é postada no site do Comitê. E que tem sido escasso o envio das informações. Enfatiza que o site do Comitê é o veículo oficial de informação à comunidade acadêmica.

- panorama sobre a atual situação sanitária

Débora apresentou o atual **quadro sanitário**: os estudos têm apontado o declínio, provavelmente devido ao avanço da vacinação. A variante delta não tem apresentado no Brasil o mesmo perfil de outros países, uma vez que aqui não houve aumento do número de casos. Uso da máscara, distanciamento e higiene adequada têm sido o diferencial. Ou, ainda não se está observando devidamente. O certo é que não há uma curva em elevação como houve nos EUA e na Inglaterra, por exemplo. Mas na região de Santa Maria e de Canoas, sim. E ambas estão em observação e estudo, o Comitê de Crise está observando esse aumento de incidências, uma vez que o resto do RS está em declínio do número de casos, óbitos e hospitalizações.

Vacinação: há controvérsias quanto ao protocolo para crianças. A OMS não sinalizou nada por enquanto. Há possibilidade de complicações ligadas a problemas cardíacos. Adolescentes tem sim que serem vacinados.

O retorno às atividades está em ascensão em vários espaços, inclusive nas universidades.

Avançamos na vacinação, mas para outras epidemias e pandemia, não há como prever como poderá vir a ser a situação.

Reforça sobre a análise que vem sendo feita sobre não para estarmos no mesmo padrão de curva ascendente para número de contágios. *“Era para estarmos com mais casos da delta, como e outros países que estão em elevação”.*

Acredita-se (somente opiniões) que temos *algo a mais*, não se sabe exatamente o que. É importantíssimo manter as medidas de proteção. A máscara realmente é efetiva. Quando a delta entrou em outros países já era verão e estavam sem máscaras, já havia acontecido um relaxamento. Não se pode relaxar.

Pelotas fez um estudo ainda não divulgado. Perceberam comprovação da efetividade da vacina.

Crianças: pode aparecer miocardite em meninos, principalmente. As crianças apresentam uma covid prolongada (“covid longa”) e não são assintomáticas como se imaginava no princípio da pandemia. Mesmo que a vacinação não surta efeito direto como nos adultos, a interação nas escolas é fundamental (saúde mental), daí a ideia de vaciná-las. Entre evitar o convívio ou vacinar, é vacinar e voltar ao convívio. Variantes novas seguirão aparecendo e precisamos aprender a conviver com essa realidade. A questão é nos organizarmos para fazer o movimento de observar que qualquer ação pode provocar reflexos de ida e volta. Há uma série de estudos de novas vacinas.

As notas todas estão no site do estado. Devem ser sempre consultadas.

Estágios: foi lembrado que nunca foram cancelados. E que as empresas concedentes dão o norte. O movimento de retorno às escolas, escasseia os campos de estágio.

A escolas do estado não querem aceitar estágio remoto, pois há escassos momentos virtuais no estado.

Há uma geração sem experimentar o convívio social e as consequências estão sendo observadas/ estudadas. Já há estudos em outros países, q podem auxiliar na tomada de decisões.

Simone relata que em JG há uma escola estadual que não vai aceitar estagiários. E ao mesmo tempo o governo não quer atividades remotas. Há regiões pobres no estado. A decisão científica e não política deve ser priorizada. Ainda se desconhece muito. As consequências, as sequelas... ainda não se sabe.

Nos municípios em q a Unipama está inserida, a oferta de estágios nas escolas é ainda escassa. As escolas não querem a rotatividade. PIBID e Residência ainda podem seguir sendo remotamente.

- Apresentação do resultado da Consulta “vacinômetro”:

De 27.08 a 06.09 foi disponibilizado um formulário a ser preenchido pelos servidores e alunos, ao qual foi feita uma intensa campanha para que a maior parte da nossa comunidade acadêmica respondesse.

Há na Unipampa quase 13 mil alunos, e em torno de 900 TAEs e 900 docentes.

Foram 6877 respondentes: 46,87% do total da Unipampa. Em números por categoria: total de **discentes 5671** - 44,24%; total de **docentes 745** - 79,76% e total de **TAEs 460** - 49,95%.

Charles fez a apresentação das respostas da consulta e, a partir da análise das respostas, vê-se que a grande maioria dos membros da nossa comunidade acadêmica terá completado seu esquema vacinal até o mês de dezembro.

Havendo interesse em maiores detalhes, podem ser solicitados à coordenação do Comitê.

211 alunos ainda estavam aguardando sua faixa etária ser contempladas.

Docentes: 75% já tomou a 2ª dose, como 61% dos TAEs . 0,5% dos docentes não pretendem se vacinar. **Discentes:** quase 20% já foram contaminados (e alguns mais de uma vez)

Contaminação: docentes = 13 % ; TAEs = 11%

Onde estão? docentes: 65% continuam na mesma cidade de e 35% mudaram para outra localidade. TAEs: 77% seguem no local de sua lotação e 25% em outras localidades

Foi realizada apenas uma análise direta, sem regras de cruzamento.

Como divulgar esses dados? Houve concordância em se fazer um PDF com as informações e publicizar na página do Comitê.

Seguiram-se elogios ao trabalho da coordenação do Comitê, acerca da pesquisa e compilação dos dados. Panorama do nível de vacinação da comunidade acadêmica, traz subsídios para a discussão de um possível retorno.

Se os números não fossem tão bons, queríamos ter tempo hábil para intervir junto aos órgãos para ampliar o esquema vacinal.

Luciana pergunta sobre quem não pretende tomar vacina, qual será o posicionamento da Unipampa? **Edward** considera que é preocupante a intencionalidade em não tomar vacina. Quanto à obrigatoriedade, coloca que há intenção da Unipampa em tornar obrigatório. O Reitor está buscando subsídios legais para tal.

Chariston: na escócia, o estado vai criar centro de vacinação dentro das universidades, nesse retorno presencial q está sendo feito de forma gradual.

Débora: frisar sobre a importância da vacinação é extremamente relevante. Nesse sentido, **Shirley** coloca que a maior defesa é a vacinação e que o ideal seria que toda a comunidade acadêmica tivesse respondido.

Cheila: relembra que em Uruguiana apresentar a carteira de vacinação é obrigatório para acessar o campus. Há pessoas que não aceitam. Seria interessante aumentar nosso material informativo.

Cláudia diz do quanto foi equivocado por parte do Sesunipampa escrever em nota que “sem a imunização de toda a população, o retorno é inaceitável” (...), pois é muito sério falar em “imunização da população”, pois é uma expressão que apresenta uma afirmação distorcida, uma vez estar vacinado não é sinônimo de estar imunizado! Nesse sentido, **João Felipe** corrobora: o conceito de imunização é adquirir proteção imunológica – mas estar vacinado não significa estar imune, mas estar mais resistente à doença.

Alexandre (SL): esclarece que o Estado pode sim exigir a vacinação compulsória da população, por tratar-se de um direito coletivo (impedimento de acesso a locais públicos; multas etc). E esse entendimento já está sendo aplicado na justiça trabalhista, muito embora não haja ainda o entendimento do Tribunal Superior do trabalho. Entende q a Universidade pode sim exigir a vacinação dos servidores.

- sobre o retorno à presencialidade:

Shirley: em reunião no dia 17.09, foi apresentado em reunião de dirigentes. Há alguns meses, nos mais diferentes espaços, se vem dialogando acerca do retorno presencial, conjecturando sobre como, quando, perspectivas. Com a mudança positiva de cenário no país e no RS e com a ampliação da vacina no estado, o diálogo ficou mais intenso. Há um movimento neste sentido dentro das unidades e dentro da reitoria. Foi construída uma proposta para o retorno: chegou-se a um documento conjunto das Pró-reitorias e, com a anuência da reitoria, o referido documento, claramente alicerçado nas normas sanitárias e na legislação vigente, foi apresentado em reunião. E está sendo trazido para apresentação ao Comitê por sugestão do Reitor, para ser discutido também neste espaço, que tem representantes de todas as categorias.

A proposta foi construída respeitando o teto de ocupação dos espaços previsto nos planos de contingência de cada unidade. Está sendo planejado um retorno gradual e em etapas, pautado numa análise epidemiológica:

25.10.21: atividades presenciais prioritárias sem atendimento ao público; 10.11.21: atividades presenciais prioritárias com atendimento ao público; 25.11.21: as demais atividades que ainda permaneçam de forma remota.

Após, as atividades acadêmicas terão oferta remota, híbrida e presencial, com cada curso organizando-se conforme cada realidade.

Revogação de ofícios que regem atualmente estão na mira; rever os contratos de limpeza e segurança também.

Em 2020, 898 servidores responderam a um formulário de auto declaração de grupo de risco, e isto será considerado; a aquisição de materiais de consumo necessário está sob controle.

Sobre grupo de risco: **Débora** esclarece que há mudança no padrão da doença. De qualquer forma, a vacinação é que é o aspecto mais importante, pois hoje a maior parte dos internados são os não vacinados ou aqueles com apenas a 1ª dose. **O risco é 11 vezes maior de morrer de covid para os não vacinados.** Esse é o grande grupo de risco

Luciana – São Gabriel: há servidores que não tem indicação médica para vacinação. E será preciso saber como a instituição vai lidar com esses servidores. Débora coloca ainda que há também aqueles que tem a reação adversa à 1ª dose (estes são amparados).

Shirley: após a definição de retorno, cada Pró-reitoria vai encaminhar ofícios com orientação, tão logo seja dado start ao processo, para orientar as equipes gestoras

Edward: ressalta que o trabalho não vai voltar 100% presencial no início. Vai ainda continuar no sistema híbrido, e possivelmente esses servidores ficarão online. Mais tarde, ainda terá que ser analisado como estes casos serão tratados. Acredita que, enquanto não houver um marco legal que defina o fim da pandemia, estaremos em processo, possivelmente, de revezamento. Sempre respeitando o teto de ocupação.

Seguiram-se esclarecimentos sobre:

- **oferta de componentes:** em janeiro seriam as práticas já ofertadas em 2020 e 2021 e as possibilidades de ofertar o que ficou em aberto. Em abril: 2022/I, seria dentro da perspectiva do ensino de transição. Os coordenadores acadêmicos estão com reunião agendada para a próxima segunda, para discussão desta e outras questões.

- Ocupação dos **espaços físicos** no retorno à presencialidade: a Portaria do governo do Estado (SES/SEDUC 02) estabelece os distanciamentos mínimos nos espaços fechados. 1 metro é o mínimo. O planejamento das atividades deverá ser feito com as adequações necessárias, que deverão constar no Plano de Contingência. **Cláudia** ressalta que Planos de Contingência que foram submetidos que apresentam apenas algumas atividades, deverão ser refeitos e neles deverão ser contempladas as novas atividades / ocupação dos espaços. Havendo mais atividades presenciais do que as atuais já elencadas, uma nova apresentação dos Planos de contingência ao COE Regional e municipal será necessária, à luz da SES/SEDUC 02. **Luciana** solicita que o Comitê apresente um documento com as diretrizes comuns a todas as unidades, para fazer um planejamento para o retorno. Que as decisões comuns que norteiam a todos, sejam base para todos os COE-E Locais. Neste sentido, **Shirley** esclarece que questões balizadoras que não estejam contempladas na IN nº 2 e em outros ofícios já existentes, serão revistas e, havendo necessidade, um novo documento balizador será elaborado.

- **Jornada flexibilizada:** **Edward** esclarece que a jornada flexibilizada nos setores acadêmicos com mais de 12 horas de atendimento ao público, que havia antes da pandemia, não era determinada nem orientada pela PROGEPE. Existia uma Comissão específica, formada pelo Reitor, que fazia este estudo e a determinação dos espaços que seriam contemplados pela

flexibilização, e a validade de cada portaria era de 6 meses. Com o advento da pandemia, essa renovação não se deu. Assim, a partir do retorno, **não haverá jornada de 6 horas**. Para tal, será necessário que o Reitor faça uma nova Comissão e um novo estudo seja feito. Portanto, o retorno será de 8h diárias/40h semanais para todos.

- **Jornada reduzida de verão:** por questões do MP e CCGU não haverá a jornada reduzida de verão. Somente será possível após a implantação do ponto eletrônico, que possibilitará a criação de um banco de horas. (Todavia, neste verão, estará em plena vigência o Calendário Acadêmico)

- **Teletrabalho:** a IN 65 do Gov. Federal que estabelece a possibilidade (independente da pandemia) de ter serviços que não tem atendimento ao público, conforme análise de cada unidade, de cada setor e de chefia, que o servidor pode trabalhar em casa. Há na Unipampa um estudo bastante adiantado sobre essa temática.

- **Escalonamento:** **Edward** esclarece que os espaços q o COE-E Local informar que há capacidade para toda a equipe, não será necessário escalonamento – que será somente para os espaços que apresentarem limitação. Ou seja, poderá haver a situação de uma equipe inteira poder retornar sem escalonamentos. Falou das exceções, que são os servidores que se encaixam na listagem de comorbidades e os acima de 60 anos. Lembrou que **esta é apenas uma proposta** de encaminhamento, que será discutida no **Consuni**.

Shirley reforça que essa pauta ainda será debatida no **Consuni** na próxima semana. A deia de ser apresentada hoje era para expor para o Comitê o trabalho que vem sendo feito. A exposição feita deu-se como uma ideia do Reitor, com a finalidade de abrir um espaço de diálogo também no Comitê, a fim de que sejam feitas discussões, de modo que todos possam partilhar, contribuir, tirar dúvidas.

Próxima reunião do Comitê: não ficou agendada. Será combinada via grupo de whats.

Responsável pela presente memória:

CLÁUDIA VIEIRA GARRIDO

SIAPE 1780451

PROGRAD